



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista do Ministério Público**  
**Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova, Cargo C03, Tipo 002

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-001

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

**Instruções:** Para responder às questões de números 1 a 10, considere o texto a seguir.

**Jornalismo e universo jurídico**

*É frequente, na grande mídia, a divulgação de informações ligadas a temas jurídicos, muitas vezes essenciais para a conscientização do cidadão a respeito de seus direitos. Para esse gênero de informação alcançar adequadamente o público leitor leigo, não versado nos temas jurídicos, o papel do jornalista se torna indispensável, pois cabe a ele transformar informações originadas de meios especializados em notícia assimilável pelo leitor.*

*Para que consiga atingir o grande público, ao elaborar uma notícia ou reportagem ligada a temas jurídicos, o jornalista precisa buscar conhecimento complementar. Não se trata de uma tarefa fácil, visto que a compreensão do universo jurídico exige conhecimento especializado. A todo instante veem-se nos meios de comunicação informações sobre fatos complexos relacionados ao mundo da Justiça: reforma processual, controle externo do Judiciário, julgamento de crimes de improbidade administrativa, súmula vinculante, entre tantos outros.*

*Ao mesmo tempo que se observa na mídia um grande número de matérias atinentes às Cortes de Justiça, às reformas na legislação e aos direitos legais do cidadão, verifica-se o desconhecimento de muitos jornalistas ao lidar com tais temas. O campo jurídico é tão complexo como alguns outros assuntos enfocados em segmentos especializados, como a economia, a informática ou a medicina, campos que também possuem linguagens próprias. Ao embrenhar-se no intrincado mundo jurídico, o jornalista arrisca-se a cometer uma série de incorreções e imprecisões linguísticas e técnicas na forma como as notícias são veiculadas. Uma das razões para esse risco é lembrada por Leão Serva:*

**Um procedimento essencial ao jornalismo, que necessariamente induz à incompreensão dos fatos que narra, é a redução das notícias a paradigmas que lhes são alheios, mas que permitem um certo nível imediato de compreensão pelo autor ou por aquele que ele supõe ser o seu leitor. Por conta desse procedimento, noticiários confusos aparecerão simplificados para o leitor, reduzindo, conseqüentemente, sua capacidade real de compreensão da totalidade do significado da notícia.**

(Adaptado de Tomás Eon Barreiros e Sergio Paulo França de Almeida. <http://jus2.uol.com.br.doutrina/texto.asp?id=1006>)

1. Uma das razões para a dificuldade de se veicularem notícias atinentes ao campo jurídico está

- (A) no frequente equívoco de considerar um assunto eminentemente técnico como questão de interesse público.
- (B) na improbidade de jornalistas que se dispõem a pontificar em assuntos que lhes são inteiramente alheios.
- (C) na inexistência de técnicas de comunicação adequadas à abordagem de temas que exigem conhecimento especializado.
- (D) no baixo interesse que os temas desse campo do conhecimento costumam despertar no público leigo.
- (E) na problemática tradução da linguagem do mundo da Justiça para uma linguagem que o leigo venha a compreender.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. A expressão *buscar conhecimento complementar* sugere, no contexto do 2º parágrafo, a necessidade de atribuir aos juristas mais eminentes a tarefa de divulgar notícias do mundo jurídico.
- II. No segmento que *também possuem linguagens próprias* (parágrafo 3º), a palavra sublinhada assinala que a imprensa dispõe, como outros campos da mídia, de uma linguagem específica.
- III. Na expressão *ao embrenhar-se no intrincado mundo jurídico* (parágrafo 3º), os dois termos sublinhados dão ênfase ao risco de desnorтеio que oferece uma matéria específica ao jornalista que pretende simplificá-la.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) III.
- (D) II.
- (E) I.

3. O trecho citado de Leão Serva ressalta o fato de que

- (A) as características do jornalismo levam muitos profissionais da imprensa a submeter uma matéria específica a paradigmas de outra área.
- (B) a profissão de jornalista leva o homem de imprensa a se familiarizar com paradigmas que norteiam outros campos de atuação.
- (C) a investigação de assuntos muito específicos faz com que o jornalista descure dos paradigmas de seu próprio campo de atuação.
- (D) os jornalistas são levados à incompreensão de muitos fatos quando se limitam aos paradigmas próprios do universo desses fatos.
- (E) a inobservância dos paradigmas da imprensa leva muitos jornalistas a simplificarem excessivamente a complexidade da matéria de que tratam.



4. Ainda no trecho de Leão Serva, a expressão *Por conta desse procedimento* pode ser substituída, sem prejuízo para a correção e o sentido da passagem, por:
- (A) A par deste procedimento.
  - (B) Tendo por alvitre o mesmo procedimento.
  - (C) No influxo de tal procedimento.
  - (D) Em que pese a esse procedimento.
  - (E) Conquanto seja considerado o procedimento.
5. As normas de concordância verbal estão plenamente atendidas na frase:
- (A) Sempre haverá de ocorrer deslizos, ao se transpor para a linguagem do dia-a-dia o vocabulário de um campo técnico.
  - (B) Cabe aos jornalistas transformar informações especializadas em notícias assimiláveis pelo grande público.
  - (C) Restam-lhes traduzir assuntos especializados em palavras que os leigos possam compreender já à primeira leitura.
  - (D) Exigem-se dos jornalistas que mostrem competência e flexibilidade na passagem de uma linguagem para outra.
  - (E) Não são fáceis de traduzir em palavras simples um universo linguístico tão especializado como o de certas áreas técnicas.
6. *Ao mesmo tempo que se observa na mídia um grande número de matérias atinentes às Cortes de Justiça, às reformas na legislação (...)*
- NÃO** se mantém o emprego de às, no segmento acima, caso se substitua *atinentes* por
- (A) pautadas.
  - (B) alusivas.
  - (C) concernentes.
  - (D) referentes.
  - (E) relativas.
7. Traduz-se de modo claro, coerente e correto uma ideia do texto em:
- (A) Em sua citação, Leão Serva propõe que a incompreensibilidade de muitas matérias jurídicas na imprensa deve-se ao procedimento redutor que leva um jornalista a incapacitar-se para aprender a totalidade da notícia.
  - (B) A complexidade do universo jurídico é de tal ordem, tendo em vista a alta especialização de seu vocabulário, razão pela qual um jornalista vê-se em apuros ao traduzir-lhe.
  - (C) Não apenas o campo jurídico: também outras áreas, como a economia ou a medicina, onde se dispõem de termos específicos, suscitam sérios desafios à linguagem jornalística.
  - (D) Há matérias especializadas que exigem dos jornalistas uma formação complementar, para que possam traduzir com fidelidade os paradigmas dessas áreas.
  - (E) Sem mais nem porque, alguns jornalistas passam a considerar-se aptos na abordagem de assuntos especializados, daí advindo de que muitas de suas matérias desvirtuam a especificidade original.
8. Transpondo-se para a voz passiva o segmento *Para esse gênero de informação alcançar adequadamente o público leitor leigo*, a forma verbal resultante será
- (A) vier a alcançar.
  - (B) tenha alcançado.
  - (C) fosse alcançado.
  - (D) tenha sido alcançado.
  - (E) ser alcançado.
9. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Haverá alteração de sentido caso se **suprimam** as vírgulas do segmento *Um procedimento essencial ao jornalismo, que necessariamente induz à incompreensão dos fatos que narra, é a redução das notícias (...)*.
  - II. Ainda que opcional, seria desejável a colocação de uma vírgula depois da expressão *Ao mesmo tempo*, na abertura do 3º parágrafo.
  - III. Na frase *Não se trata de uma tarefa fácil, visto que a compreensão do universo jurídico exige conhecimento especializado*, pode-se, sem prejuízo para o sentido, substituir o segmento sublinhado por **fácil: a compreensão**.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, somente.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I e III, somente.
  - (D) I e II, somente.
  - (E) II e III, somente.
10. A flexão dos verbos e a correlação entre seus tempos e modos estão plenamente adequadas em:
- (A) Leão Serva não hesitou em identificar um procedimento habitual do jornalismo, a “redução das notícias”, como tendo sido o responsável por equívocos que vierem a tolher a compreensão da matéria.
  - (B) Seria preciso que certos jornalistas conviessem em aprofundar seus conhecimentos na área jurídica, para que não seguissem incorrendo em equívocos de informação.
  - (C) Se um jornalista decidir pautar-se pela correção das informações e se dispor a buscar conhecimento complementar, terá prestado inestimável serviço ao público leitor.
  - (D) Todo equívoco que sobrevir à precária informação sobre um assunto jurídico constituiria um desserviço aos que desejarem esclarecer-se pelo noticiário da imprensa.
  - (E) As imprecisões técnicas que costumam marcar notícias sobre o mundo jurídico deveriam-se ao fato de que muitos jornalistas não se deteram suficientemente na especificidade da matéria.



**Instruções:** Para responder às questões de números 11 a 15, considere o texto a seguir.

### A teoria unificada

Os físicos vivem atrás de uma teoria unificada do Universo que explique tudo. Todo o mundo persegue a tal teoria unificada, ou unificadora, por trás de tudo. Só varia o tudo de cada um. As religiões têm suas teorias unificadas: são suas teologias. Diante de um religioso convicto você está diante de alguém invejável, alguém que tem certeza, que chegou na frente da ciência e encerrou a sua busca. A ciência e as grandes religiões monoteístas começaram da mesma diversidade – os deuses semi-humanos e convivas da Antiguidade, as deduções empíricas da ciência primitiva – e avançaram, com a mesma avidez, do complicado para o simples, do diverso para o único. Só que o monodeus da ciência ainda não mostrou a sua cara.

A teoria unificadora não requer esforço, é justamente um pretexto para não pensar. (...) No fundo, o que nos atrai não é a explicação unificadora. Pode ser a teoria mais fantástica, não importa. O que nos atrai é a simplicidade. O melhor de tudo é a desobrigação de pensar.

(Luis Fernando Veríssimo, **O mundo é bárbaro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 59-60)

11. O escritor Luis Fernando Veríssimo, com o humor que caracteriza seus textos, justifica a busca de uma teoria unificada
- (A) pela inspiração das religiões monoteístas, que possibilitaram a revelação de um monodeus da ciência.
  - (B) pela liberdade que os homens pretendem desfrutar em suas formulações particularizadas sobre a vida.
  - (C) pelo postulado do menor esforço, já que a unificação implica uma simplificação da totalidade.
  - (D) pela inspiração que as ciências primitivas constituíram para a evolução das religiões monoteístas.
  - (E) pelo postulado do menor esforço, de que resultam as deduções empíricas das ciências primitivas.

12. Da leitura do texto deduz-se que, para o autor,
- (A) a teoria mais fantástica costuma despertar mais interesse que a teoria simplificada dos teólogos.
  - (B) as teologias, ao contrário dos estudos científicos, já estabeleceram uma teoria unificadora.
  - (C) as religiões que cultuavam os deuses semi-humanos deram lugar aos estudos físicos que perseguem uma teoria unificada.
  - (D) a desobrigação de pensar foi a principal razão para que os homens da Antiguidade cultuassem tantos deuses.
  - (E) os físicos espelham-se nos teólogos a cada vez que buscam formular uma teoria unificada do universo.

13. Deve-se entender por *deduções empíricas da ciência primitiva* o que os antigos deduziam a partir
- (A) dos princípios que viriam a constituir as religiões monoteístas.
  - (B) da imaginação mais fantasiosa e mais especulativa.
  - (C) da aplicação de métodos pragmáticos e objetivos de observação.
  - (D) de suas experiências e das observações da realidade imediata.
  - (E) das religiões arcaicas que sistematizavam a compreensão do mundo.

14. A teoria unificada é uma velha obsessão humana, buscam a teoria unificada tanto os físicos como os teólogos, todos veem a teoria unificada como a meta final do conhecimento, todos atribuem à teoria unificada a virtude de uma totalização definitiva.

Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os segmentos sublinhados por, respectivamente,

- (A) a buscam - veem-na - a atribuem
- (B) buscam-lhe - veem-na - lhe atribuem
- (C) buscam-na - veem-lhe - atribuem-lhe
- (D) a buscam - veem-na - atribuem-na
- (E) buscam-na - a veem - lhe atribuem

15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) O maior dos desafios que se ..... (**propor**) a enfrentar os cientistas é uma teoria unificadora do Universo
  - (B) O que aos físicos e religiosos ..... (**importar**) são as vantagens de um conhecimento que propicie a visão unificada do mundo.
  - (C) Embora não se ..... (**dever**) às primeiras deduções empíricas o avanço da ciência atual, elas não deixaram de traduzir a ânsia de conhecimento.
  - (D) Entre tantas coisas que ..... (**desejar**) alcançar a investigação humana, a teoria unificada é por certo a mais perseguida.
  - (E) É comum que se ..... (**atribuir**) aos cientistas a tarefa de elucidar os grandes enigmas do Universo.

**Noções de Informática**

16. O tipo mais comum de conexão à Internet, considerada banda larga por meio de linha telefônica e normalmente oferecida com velocidade de até 8 Mbps, utiliza a tecnologia
- (A) RDIS.  
(B) ADSL.  
(C) Dial Up.  
(D) HFC Cable.  
(E) ISDN.
17. NÃO é um serviço provido pelos servidores DNS:
- (A) Realizar a distribuição de carga entre servidores Web replicados.  
(B) Traduzir nomes de hospedeiros da Internet para o endereço IP e subjacente.  
(C) Obter o nome canônico de um hospedeiro da Internet a partir de um apelido correspondente.  
(D) Obter o nome canônico de um servidor de correio a partir de um apelido correspondente.  
(E) Transferir arquivos entre hospedeiros da Internet e estações clientes.
18. A criptografia utilizada para garantir que somente o remetente e o destinatário possam entender o conteúdo de uma mensagem transmitida caracteriza uma propriedade de comunicação segura denominada
- (A) não repudição.  
(B) autenticação.  
(C) confidencialidade.  
(D) integridade.  
(E) disponibilidade.
19. O barramento frontal de um microcomputador, com velocidade normalmente medida em MHz, tem como principal característica ser
- (A) uma via de ligação entre o processador e a memória RAM.  
(B) uma arquitetura de processador que engloba a tecnologia de processos do processador.  
(C) um conjunto de *chips* que controla a comunicação entre o processador e a memória RAM.  
(D) uma memória ultra rápida que armazena informações entre o processador e a memória RAM.  
(E) um *clock* interno que controla a velocidade de execução das instruções no processador.
20. Uma única face de gravação, uma trilha de gravação em forma de espiral e a possibilidade de ter conteúdo editado, sem ter de apagar todo o conteúdo que já estava gravado, são características de um DVD do tipo
- (A) DVD+RW DL.  
(B) DVD-RAM.  
(C) DVD-RW.  
(D) DVD+RW.  
(E) DVD-RW DL.
21. Cada componente do caminho E:\ARQUIVOS\ALIMENTOS\RAIZES.DOC corresponde, respectivamente, a
- (A) diretório raiz, pasta, subpasta, extensão do arquivo e nome do arquivo.  
(B) extensão do arquivo, nome do arquivo, pasta, subpasta e diretório raiz.  
(C) extensão do arquivo, pasta, subpasta, nome do arquivo, e diretório raiz.  
(D) diretório raiz, nome do arquivo, pasta, subpasta, e extensão do arquivo.  
(E) diretório raiz, pasta, subpasta, nome do arquivo e extensão do arquivo.
22. O cabeçalho ou rodapé pode conter, além de número da página, a quantidade total de páginas do documento MS Word, escolhendo o modelo Página X de Y inserido por meio da aba
- (A) *Layout* da página, do grupo Número de página e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.  
(B) Inserir, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Número da página.  
(C) Inserir, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.  
(D) *Layout* da página, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Número da página.  
(E) *Layout* da página, do grupo Cabeçalho e rodapé e do botão Cabeçalho ou botão Rodapé.
23. As "Linhas a repetir na parte superior" das planilhas MS Excel, em todas as páginas impressas, devem ser referenciadas na caixa Configurar página e aba Planilha abertas pelo botão
- (A) Imprimir títulos, na aba *Layout* de página.  
(B) Imprimir área, na aba inserir.  
(C) Imprimir títulos, na aba inserir.  
(D) Inserir quebra de página, na aba Inserir.  
(E) Imprimir área, na aba Inserir.



24. Dadas as células de uma planilha do BrOffice.org Calc, com os conteúdos correspondentes: A1=1, B1=2, C1=3, D1=4 e E1=5, a função =SOMA(A1:D1!B1:E1) apresentará como resultado o valor
- (A) 15.
  - (B) 14.
  - (C) 10.
  - (D) 9.
  - (E) 6.

25. Um texto relacionado em um documento do editor BrOffice.org Writer e definido com a opção de rotação a 270 graus será girado em
- (A) 270 graus para a direita.
  - (B) 90 graus para a esquerda.
  - (C) 90 graus para a direita.
  - (D) 60 graus para a esquerda.
  - (E) 60 graus para a direita.

#### Organização do Ministério Público

26. Nos termos da legislação estadual pertinente, a falta disciplinar cometida por membro do Ministério Público de Sergipe que também seja definida como crime
- (A) não é passível de punição na esfera administrativa.
  - (B) prescreve juntamente com a ação penal.
  - (C) prescreve em 2 anos, se punível com advertência ou censura.
  - (D) prescreve em 3 anos, se punível com suspensão.
  - (E) prescreve em 4 anos, se punível com demissão ou perda do cargo.
27. Na hipótese de acumulação ilegal de cargo ou função pública, fica o Procurador de Justiça de Sergipe sujeito a sanção de
- (A) disponibilidade, por interesse público, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
  - (B) censura, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
  - (C) suspensão, a ser aplicada pelo Procurador-Geral de Justiça.
  - (D) censura, a ser aplicada pelo Procurador-Geral de Justiça.
  - (E) suspensão, a ser aplicada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.

28. Considere as seguintes afirmações sobre disposições gerais da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público:
- I. Lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Tribunais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.
  - II. A organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios serão objeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União.
  - III. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
  - IV. As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, não se sujeitando o Ministério Público à competência dos Tribunais de Contas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) II e IV.

29. Sobre a disciplina dos procedimentos para apuração de infração disciplinar de membro do Ministério Público, prevê a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Sergipe que
- (A) deve ser adotado o processo administrativo sumário, quando cabíveis as penas de advertência e censura.
  - (B) a apuração é feita mediante processo administrativo ordinário, quando a caracterização da falta funcional depender de prévia apuração.
  - (C) todo processo deve ser precedido de sindicância, para apuração de falta disciplinar, independentemente da natureza da falta ou das circunstâncias do caso.
  - (D) sindicância é cabível nas hipóteses de aplicação das penas de suspensão, disponibilidade por interesse público e demissão, enquanto perdurar o estágio probatório.
  - (E) deve ser instaurado processo administrativo sumário, como condição de processo administrativo ordinário, na hipótese de ato que possa acarretar a perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público.

30. Relativamente ao Conselho Superior do Ministério Público do Sergipe, prevê a Lei Orgânica estadual que
- (A) o mandato dos representantes da classe junto ao Conselho Superior será de dois anos, sendo vedada a reeleição.
  - (B) é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, que é seu Presidente, e por três Procuradores de Justiça.
  - (C) suas deliberações serão sempre tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
  - (D) a eleição dos representantes da classe junto ao Conselho Superior será realizada anualmente, na primeira quinzena de dezembro.
  - (E) suas decisões serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes, aplicando-se as hipóteses de impedimento e suspeição previstas em lei.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Contabilidade Geral**

31. Na apuração do resultado de um período contábil, de uma entidade privada, utiliza-se o regime
- (A) patrimonial.  
 (B) de caixa.  
 (C) da gestão.  
 (D) orçamentário.  
 (E) de competência.
- 
32. O pagamento antecipado de um Passivo com um desconto de 10% é um fato
- (A) misto aumentativo.  
 (B) financeiro aumentativo.  
 (C) orçamentário diminutivo.  
 (D) permutativo diminutivo.  
 (E) misto diminutivo.
- 
33. Ao examinar o Balanço Patrimonial de uma entidade verifica-se que o total do Passivo é superior ao total do Ativo. Neste caso, essa demonstração evidencia
- (A) um Ativo com valor negativo.  
 (B) um Patrimônio Líquido positivo.  
 (C) a obtenção de um resultado nulo no período examinado.  
 (D) um Passivo a descoberto.  
 (E) que as Receitas obtidas do período são maiores que as Despesas.
- 
34. A contrapartida do registro de uma provisão tem como consequência
- (A) um aumento de Despesa.  
 (B) um aumento no resultado final.  
 (C) uma diminuição de Passivo.  
 (D) um aumento de Ativo.  
 (E) uma diminuição da Receita.
- 
35. São classificáveis no Ativo não-circulante
- (A) as receitas antecipadas.  
 (B) os estoques de mercadorias.  
 (C) as despesas de seguro.  
 (D) os itens dos ativos intangíveis.  
 (E) todas as aplicações financeiras.

**Instruções:** Para responder às questões de números 36 a 42, considere as informações a seguir oriundas do Departamento de Contabilidade da Cia. Margarida.

I. Os saldos finais de suas contas no período 2007/2008 eram:

<b>Saldos Devedores</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Saldos Credores</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Amortizações	1.000,00	1.000,00	Amortização Acumulada	1.000,00	2.000,00
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	4.000,00	4.000,00	Capital Social	15.000,00	27.000,00
Caixa	500,00	1.500,00	Contas a Pagar	2.000,00	3.000,00
Clientes	18.000,00	27.500,00	Depreciação Acumulada	3.000,00	2.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	20.000,00	30.000,00	Duplicatas Descontadas	0	10.000,00
Depreciações	1.000,00	2.000,00	Encargos e Salários a Pagar	600,00	1.200,00
Despesas de Juros	4.000,00	4.500,00	Empréstimos a Pagar	5.400,00	10.000,00
Despesas Administrativas	3.000,00	5.000,00	Fornecedores	5.000,00	6.800,00
Despesas Comerciais	4.300,00	5.100,00	Juros a Pagar	3.000,00	1.000,00
Despesas Tributárias	4.400,00	6.100,00	PDD	300,00	500,00
Encargos e Salários	12.000,00	16.100,00	Reservas	1.000,00	0
Estoques	1.800,00	3.000,00	Resultado c/Alienação de Veículos	0	1.000,00
Imóveis	2.500,00	12.500,00	Vendas de Mercadorias	50.000,00	70.000,00
Participações em Outras Companhias	4.500,00	4.000,00			
Perdas com Clientes	0	1.200,00			
Provisão para Devedores	300,00	500,00			
Resultado de Equivalência	0	500,00			
Veículos	5.000,00	10.000,00			
<b>Total</b>	<b>86.300,00</b>	<b>134.500,00</b>	<b>Total</b>	<b>86.300,00</b>	<b>134.500,00</b>



II. Dados complementares relativos a operações realizadas, na empresa, no exercício de 2008:

- No início do período a empresa renova integralmente sua frota, leiloando todos os veículos antigos e adquirindo novos veículos, mais adequados às necessidades previstas para os próximos 5 anos.
- Aumenta seu capital por meio da utilização do saldo anterior das Reservas e de subscrições de novos sócios.
- Altera o perfil de sua dívida de longo prazo, quitando os empréstimos anteriores, cujo vencimento era previsto para o final de 2009 e assume novo compromisso com quitação prevista para o final de 2012.
- A empresa adquiriu novos imóveis, preparando-se para expansão futura, no final do período.

36. O resultado apurado pela empresa em 2007 foi

- (A) um prejuízo de R\$ 1.000,00.
- (B) um resultado superavitário.
- (C) maior que o obtido em 2008.
- (D) um resultado deficitário.
- (E) inferior ao resultado de 2008.

37. O valor recebido na alienação dos veículos foi, em R\$,

- (A) 1.000,00
- (B) 2.000,00
- (C) 3.000,00
- (D) 4.000,00
- (E) 5.000,00

38. Em 2008, o ingresso de caixa gerado pelos clientes foi, em R\$,

- (A) 71.500,00
- (B) 71.200,00
- (C) 70.000,00
- (D) 69.300,00
- (E) 69.000,00

39. Na elaboração do Fluxo de Caixa Indireto o valor do resultado ajustado é, em R\$,

- (A) 2.400,00
- (B) 2.000,00
- (C) 1.500,00
- (D) 1.000,00
- (E) (1.500,00)

40. O valor do Ativo Circulante de 2008 é, em R\$,

- (A) 28.500,00
- (B) 24.500,00
- (C) 23.500,00
- (D) 22.500,00
- (E) 21.500,00

41. O valor total do fluxo do caixa gerado pelas atividades de Investimentos corresponde a, em R\$,

- (A) um ingresso de caixa de 20.000,00
- (B) um ingresso de caixa de 7.000,00
- (C) uma saída de recursos de 7.000,00
- (D) uma entrada de recursos de 17.000,00
- (E) uma saída de caixa de 17.000,00

42. O valor das compras de mercadorias efetuadas no período é, em R\$,

- (A) 29.000,00
- (B) 30.200,00
- (C) 31.000,00
- (D) 31.200,00
- (E) 33.000,00





43. Na apuração de resultado utilizando o Regime de caixa leva-se em conta o momento em que ocorre
- (A) o desembolso da despesa.
  - (B) a transferência do ativo.
  - (C) o fato gerador das despesas.
  - (D) a confrontação da receita com a despesa.
  - (E) momento no qual a despesa é incorrida.
44. Na determinação do valor justo, quando referentes a matérias-primas, considera-se o
- (A) preço líquido de realização mediante venda no mercado deduzidos apenas dos impostos.
  - (B) preço pelo qual possam ser repostas, mediante compra no mercado.
  - (C) valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação.
  - (D) preço líquido de realização obtido no mercado incluída apenas a margem de lucro.
  - (E) valor líquido pelo qual possam ser alienadas a terceiros.
45. As Notas Explicativas devem indicar
- (A) as espécies e classes das ações, quando correspondentes ao capital ordinário, e as garantias prestadas a terceiros sempre que estas representarem 50% do passivo total.
  - (B) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações e todos os investimentos em outras sociedades independentemente da relevância dos mesmos.
  - (C) o número, as espécies e as classes das ações do capital social e o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações.
  - (D) as garantias prestadas a terceiros sempre que estas representarem 50% do passivo total e o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações.
  - (E) todos os investimentos em outras sociedades, independentemente da relevância dos mesmos, o número, as espécies e classes das ações correspondentes ao capital ordinário.
46. Na Demonstração do Resultado do Exercício, evidenciam-se
- (A) os rendimentos ganhos no período apenas quando realizados em moeda e o resultado líquido do exercício.
  - (B) a destinação do resultado do exercício e a distribuição dos dividendos aos acionistas.
  - (C) os valores da riqueza gerada pela companhia e da distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza.
  - (D) a destinação do resultado do exercício e o montante por ação do lucro do exercício.
  - (E) as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias.
47. Segundo a NBC T 11, a análise da continuidade da entidade auditada, caracterizam-se como indicadores financeiros
- (A) a falta continuada de suprimentos importantes e a perda de financiador estratégico.
  - (B) os processos legais e administrativos pendentes contra a entidade que resultem em obrigações que não possam ser cumpridas e a perda de financiador estratégico.
  - (C) a falta de capacidade financeira dos devedores em saldar seus compromissos com a entidade e a verificação de prejuízos operacionais substanciais de forma continuada.
  - (D) a perda de fornecedor essencial, a existência de passivo a descoberto e a perda de mercado importante.
  - (E) os prejuízos operacionais substanciais de forma continuada e a perda de pessoal-chave na administração, sem que haja substituição.
48. Compete ao Conselho Fiscal de uma entidade
- (A) escolher, contratar e destituir os auditores independentes da companhia.
  - (B) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar.
  - (C) exclusivamente convocar a Assembléia Geral Ordinária.
  - (D) eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições.
  - (E) autorizar a prestação de garantias a obrigações de terceiros.
49. São evidenciadas como Passivo Não Circulante as contas correspondentes a
- (A) subvenção para investimentos, fornecedores de equipamentos e receitas antecipadas.
  - (B) receitas relativas a exercícios futuros deduzidas dos custos ou despesas correspondentes.
  - (C) receitas antecipadas e de dividendos, quando não pagos imediatamente.
  - (D) empréstimos bancários e prêmios na emissão de debêntures.
  - (E) operações de financiamentos e empréstimos de longo prazo.
50. No inventário periódico, o levantamento, a consequente identificação do valor físico e financeiro dos saldos dos estoques e o valor do CMV são realizados
- (A) de forma extra-contábil, após a identificação do saldo físico e a respectiva atribuição de preço aos itens de estoque.
  - (B) emitindo constantes relatórios de entrada e de saída a cada movimentação ocorrida nos estoques.
  - (C) registrando as entradas de estoques pela média ponderada.
  - (D) apurando o valor das saídas dos estoques pelos preços mais antigos.
  - (E) utilizando o critério último que entra é o primeiro que sai.

**Contabilidade Pública**

<p>51. Quanto à natureza, a receita Pública é classificada como</p> <p>(A) corrente e de capital. (B) orçamentária e extra-orçamentária. (C) ordinária e extraordinária. (D) originária e patrimonial. (E) financeira e patrimonial.</p>	<p>57. O superávit do orçamento corrente é um exemplo de receita</p> <p>(A) financeira. (B) de capital. (C) patrimonial. (D) extra-orçamentária. (E) intra-orçamentária.</p>
<p>52. Quanto à regularidade, a receita pública arrecadada permanentemente pelo tesouro do estado classifica-se como</p> <p>(A) derivada. (B) orçamentária. (C) ordinária. (D) corrente. (E) originária.</p>	<p>58. Considere as afirmativas a seguir.</p> <p>I. Recolhimento é a entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro.</p> <p>II. Arrecadação é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.</p> <p>III. Planejamento compreende a previsão de arrecadação da receita orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual – LOA, resultante de metodologias de projeção usualmente adotadas, observada as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III. (B) I. (C) I e III. (D) II. (E) II e III.</p>
<p>53. A receita pública obtida pelo Estado, resultante do seu poder de tributar o patrimônio da coletividade, segundo a classificação doutrinária, denomina-se</p> <p>(A) derivada. (B) ordinária. (C) originária. (D) patrimonial. (E) industrial.</p>	
<p>54. São receitas patrimoniais:</p> <p>(A) extração mineral, dividendos e contribuição de melhoria. (B) aluguel, amortização de empréstimo e foros. (C) laudêmios, alienação de bens e taxas. (D) dividendos, operações de crédito e impostos. (E) laudêmios, dividendos e participações.</p>	
<p>55. O procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível, corresponde ao estágio da receita pública denominado</p> <p>(A) recolhimento. (B) arrecadação. (C) previsão. (D) lançamento. (E) fixação.</p>	<p>59. São exemplos de receitas correntes:</p> <p>(A) transferências correntes, de serviços e alienação de estoques. (B) alienação de bens, patrimonial e imobiliária. (C) industrial, de serviços e contribuições. (D) impostos, taxas e operações de crédito. (E) de serviços, amortização de empréstimos e taxas.</p>
<p>56. A receita instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, será classificada como</p> <p>(A) receita de serviços. (B) taxa. (C) contribuição social. (D) contribuição de intervenção no domínio econômico. (E) contribuição de melhoria.</p>	<p>60. As categorias econômicas da receita orçamentária classificam-se em</p> <p>(A) Financeiras e Patrimoniais. (B) Correntes e de Investimento. (C) Tributárias e de Capital. (D) Correntes e de Capital. (E) Patrimoniais e de Resultado.</p> <p>61. A receita resultante da produção estatal no campo vegetal e na produção animal denomina-se</p> <p>(A) ambiental. (B) serviço. (C) agropecuária. (D) patrimonial. (E) florestal.</p>



<p>62. A operação de crédito por antecipação de receita deverá ser registrada como</p> <p>(A) transações orçamentárias.          (B) transações extra-orçamentárias.          (C) receita de capital.          (D) receita patrimonial.          (E) receita corrente.</p>	<p>67. De acordo com a sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados como</p> <p>(A) ordinários e extraordinários.          (B) orçamentários e extra-orçamentários.          (C) processados e não processados.          (D) correntes e de capital.          (E) ativos e passivos.</p>
<p>63. Considere as afirmativas a seguir.</p> <p>I. Despesas de custeio são dotações destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive para atender obras de adaptação em bens imóveis.</p> <p>II. Transferências correntes são dotações destinadas à inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar.</p> <p>III. Despesas correntes são aquelas realizadas para o funcionamento dos serviços públicos prestados pela própria administração ou transferidos para outras pessoas físicas ou jurídicas.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.          (B) I.          (C) I e II.          (D) I e III.          (E) II.</p>	<p>68. A cobertura dos <i>déficits</i> de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante</p> <p>(A) investimentos.          (B) contribuições.          (C) subvenções sociais.          (D) auxílios.          (E) subvenções econômicas.</p>
<p>64. De acordo com a doutrina majoritária, são estágios da despesa orçamentária:</p> <p>(A) previsão, lançamento, empenho e pagamento.          (B) fixação, reserva, empenho e liquidação.          (C) previsão, empenho, fixação e pagamento.          (D) fixação, liquidação, pagamento e cancelamento.          (E) fixação, empenho, liquidação e pagamento.</p>	<p>69. Conforme artigo 43 da lei nº 4.320/64, a abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de</p> <p>(A) recursos disponíveis para suportar a despesa.          (B) dotação específica na Lei orçamentária.          (C) autorização do Executivo.          (D) autorização Legislativa.          (E) recursos extra-orçamentários disponíveis.</p>
<p>65. Para despesas cujo montante é previamente conhecido e cujo pagamento será efetuado em uma única parcela, será emitido um empenho</p> <p>(A) diário.          (B) ordinário.          (C) global.          (D) estimativo.          (E) mensal.</p>	<p>70. É uma despesa extra-orçamentária o pagamento de</p> <p>(A) juros da dívida.          (B) pessoal.          (C) contribuição patronal ao RPPS.          (D) devolução de caução.          (E) serviços de terceiros.</p>
<p>66. Considere as afirmativas a seguir.</p> <p>I. Modalidade de Aplicação tem como objetivo demonstrar a agregação de elementos da despesa que apresentam a mesma característica quanto ao objeto de gasto.</p> <p>II. Elemento de despesa tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da federação.</p> <p>III. Liquidação é o estágio da despesa que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.          (B) I.          (C) I e II.          (D) II.          (E) II e III.</p>	<p>71. A estrutura básica do Plano de Contas da União em nível de classe/grupo consiste na seguinte disposição:</p> <p>(A) Contas do controle, orçamentário e de ordem, Disponibilidades, Terceiros, Estoques, Imobilizações, Fundo Patrimonial, Custos e Perdas, Proveitos e Ganhos e Resultados.</p> <p>(B) Ativo, Passivo, Receita, Despesa, Resultado Diminutivo do Exercício e Resultado Aumentativo do Exercício.</p> <p>(C) Ativo, Passivo, Fundos Pertencentes aos contribuintes, <i>Superávit/Déficit</i> do Exercício, custos operacionais e receita.</p> <p>(D) Receita, Despesa, Passivo, Patrimônio Líquido, Ativo, Aumento/Redução Líquida de Caixa, Reconciliação de Fluxo de Caixa, Compromissos e Demonstrativos e Controle.</p> <p>(E) Financiamento Básico, Imobilizado, Estoques, Credores e Devedores Operacionais, Contas Financeiras, Compras e Gastos e Vendas e Ingressos.</p>
	<p>72. Dentre os principais objetivos do SIAFI, consta</p> <p>(A) administrar as dívidas públicas mobiliária e contratual, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional Juros da Dívida.</p> <p>(B) consolidar as contas públicas nacionais, mediante a agregação dos dados dos balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p>(C) permitir o registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas.</p> <p>(D) controlar o fluxo de capitais estrangeiros, garantindo o correto funcionamento do mercado cambial.</p> <p>(E) propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros, com vistas à maior eficiência do sistema de pagamentos e de mobilização de recursos.</p>



73. O sistema de contas que registra a arrecadação da receita e o pagamento da despesa orçamentária e extra-orçamentária denomina-se

- (A) de compensação.
- (B) orçamentário.
- (C) de resultado.
- (D) financeiro.
- (E) patrimonial.

74. Os registros das autorizações legais da despesa, bem como da receita prevista, serão efetuados apenas em contas do sistema

- (A) de resultado.
- (B) patrimonial.
- (C) financeiro.
- (D) de compensação.
- (E) orçamentário.

**Instruções:** Considere o Plano de Contas da Administração Federal para responder as questões de números 75 e 76 e indique a alternativa que contém o registro correto dos fatos indicados.

75. Reconhecimento de despesa por competência, tendo ocorrido o fato gerador sem a existência de dotação orçamentária.

- |  |                               |
|--|-------------------------------|
| (A) Débito - Variação Passiva Extra-Orçamentária | Sistema de Contas Patrimonial |
| Crédito - Passivo Circulante                     | Sistema de Contas Patrimonial |
| (B) Débito - Despesa                             | Sistema de Contas Patrimonial |
| Crédito - Passivo Circulante                     | Sistema de Contas Patrimonial |
| (C) Débito - Variação Passiva - Orçamentária     | Sistema de Contas Patrimonial |
| Crédito - Passivo Circulante                     | Sistema de Contas Patrimonial |
| (D) Débito - Variação Passiva - Orçamentária     | Sistema de Contas Patrimonial |
| Crédito - Passivo Circulante                     | Sistema de Contas Financeiro  |
| (E) Débito - Despesa                             | Sistema de Compensação        |
| Crédito - Variação Ativa Extra Orçamentária      | Sistema de Contas Financeiro  |

76. Arrecadação de receita de Tributos, no sistema de contas Financeiro:

- (A) Débito - Bancos  
Crédito - Receita Extra-orçamentária corrente
- (B) Débito - Bancos  
Crédito - Receita Orçamentária Corrente
- (C) Débito - Receita a Realizar  
Crédito - Receita Realizada
- (D) Débito - Bancos  
Crédito - Receita Realizada
- (E) Débito - Receita a Realizar  
Crédito - Receita Corrente

77. Os saldos em espécie provenientes de exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, serão demonstrados no Anexo denominado

- (A) Fluxo de Caixa.
- (B) Balanço Compensado.
- (C) Boletim de Caixa e Bancos.
- (D) Balanço Financeiro.
- (E) Balanço Patrimonial.

78. Quando ocorrer a anulação de um empenho, no exercício da sua emissão, a importância anulada será

- (A) registrada como uma receita extra-orçamentária.
- (B) considerada receita Orçamentária.
- (C) revertida à dotação.
- (D) contabilizada como uma variação ativa resultante da execução orçamentária.
- (E) classificada como uma insubsistência passiva.

79. Receita orçamentária efetiva é aquela que proporciona aumento

- (A) real do saldo patrimonial, porque não existe um aumento do passivo permanente nem uma redução do ativo permanente.
- (B) do saldo patrimonial, pois ocorre um aumento do passivo permanente.
- (C) efetivo do saldo patrimonial, porque ocorre um aumento do passivo permanente e uma redução dos ativos não financeiros.
- (D) parcial do saldo patrimonial, devido a uma redução do passivo permanente e um aumento dos ativos não financeiros.
- (E) do saldo patrimonial e redução dos ativos não financeiros.

80. No encerramento do exercício, constatou-se que do orçamento aprovado de R\$ 100,00 haviam sido arrecadados R\$ 120,00, realizadas despesas de R\$ 90,00, despesas pagas R\$ 60,00, restos a pagar processados R\$ 30,00. Com base nestes dados, é correto afirmar que

- (A) houve um *superávit* de arrecadação de R\$ 30,00.
- (B) o orçamento aprovado apresentava um *déficit* de previsão de R\$ 20,00.
- (C) ocorreu um acréscimo de disponibilidade de R\$ 20,00.
- (D) houve um excesso de arrecadação de R\$ 30,00.
- (E) apurou-se um *superávit* financeiro de R\$ 30,00.

81. Os bens do almoxarifado, de acordo com o artigo 106 da Lei nº 4.320/64, serão avaliados pelo

- (A) custo histórico.
- (B) preço médio ponderado das compras.
- (C) sistema PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai).
- (D) sistema UEPS (Último que entra, Primeira que Sai)
- (E) valor de mercado.



	<b>Legislação</b>
<p>82. Classifica-se como Inversão Financeira a</p> <p>(A) planejamento e a execução de obras.</p> <p>(B) constituição ou o aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.</p> <p>(C) aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras.</p> <p>(D) constituição ou o aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.</p> <p>(E) aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação importe aumento do capital.</p>	<p>86. Compõe a base de cálculo da contribuição para a previdência:</p> <p>(A) abono anual por período de benefício, vencimento do cargo efetivo e soldo da graduação.</p> <p>(B) salário-família, ajuda de custo para formação de dependentes e salário nominal.</p> <p>(C) diária para viagem e serviço externo, abono anual por período de benefício e salário nominal.</p> <p>(D) adicional noturno, soldo do posto e de graduação e diária para viagem e serviço externo.</p> <p>(E) prêmio, ajuda de custo e vencimento do cargo efetivo.</p>
<p>83. Considere as afirmativas a seguir.</p> <p>I. O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis que dependam de autorização orçamentária e os valores numerários.</p> <p>II. Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações que possam vir a afetar o patrimônio.</p> <p>III. O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) III.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>87. A análise técnica para avaliação do equilíbrio atuarial dos planos de benefícios, deve ser efetuada</p> <p>(A) mensalmente, desde que os resultados da entidade se apresentem deficitários.</p> <p>(B) sempre que houver resultado negativo entre as contribuições e os pagamentos de benefícios.</p> <p>(C) semestralmente, mediante assembleia dos participantes, concordando com a avaliação atuarial dos planos de benefícios.</p> <p>(D) trimestralmente, com avaliação do fluxo financeiro e do resultado econômico da entidade.</p> <p>(E) anualmente, permitindo estabelecer o plano de custeio.</p>
<p>84. O cancelamento da Dívida Ativa será registrado nas Demonstrações das Variações Patrimoniais como:</p> <p>(A) Variação Ativa - Independente da Execução Orçamentária - Cancelamento da Dívida Ativa.</p> <p>(B) Variação Passiva - Mutações Patrimoniais - Cancelamento da Dívida Ativa.</p> <p>(C) Variação Passiva - Independente da Execução Orçamentária - Cancelamento da Dívida Ativa.</p> <p>(D) Variação Ativa - Resultante da Execução Orçamentária - Cancelamento da Dívida Ativa.</p> <p>(E) Variação Ativa - Mutações Patrimoniais - Cancelamento da Dívida Ativa.</p>	<p>88. A gestão econômico-financeira dos recursos garantidores deve garantir a correspondência entre as disponibilidades e exigibilidades</p> <p>(A) no início do período de benefício.</p> <p>(B) no período contributivo.</p> <p>(C) durante o período de formação do fundo.</p> <p>(D) permanentemente, enquanto existir os planos.</p> <p>(E) no período de formação da reserva remunerada.</p>
<p>85. Será inscrito como restos a pagar a diferença entre despesa</p> <p>(A) empenhada e despesa paga.</p> <p>(B) prevista e despesa empenhada.</p> <p>(C) empenhada e despesa liquidada.</p> <p>(D) fixada e despesa empenhada.</p> <p>(E) fixada e despesa paga.</p>	<p>89. José, servidor público do Estado de Sergipe, participante do RPPS/SE, afastou-se de suas atividades por motivo de doença, por 15 dias. Quarenta dias após, teve que afastar-se novamente por motivo de doença. Nesse caso, José passaria a ter direito ao benefício de auxílio-doença a partir</p> <p>(A) desde o primeiro dia de afastamento, por ser uma cobertura especial prevista no plano.</p> <p>(B) do primeiro dia do novo afastamento, por ser considerado o período anterior de 15 dias.</p> <p>(C) do segundo dia do novo afastamento, por ser considerado como período coberto somente a partir do 16º dia.</p> <p>(D) após 15 dias do novo afastamento, por tratar-se de nova contagem.</p> <p>(E) após 16 dias do novo afastamento, por tratar-se de nova contagem.</p>



90. Com relação à determinação de tempo de contribuição no sistema RPPS/SE, NÃO pode ser considerado na contagem, o tempo de contribuição
- (A) no Regime Geral de Previdência Social.
  - (B) na administração pública federal.
  - (C) na atividade privada simultaneamente.
  - (D) na atividade pública Estadual.
  - (E) a outros sistemas de Previdência Municipal.
91. São procedimentos a serem observados em caso de irregularidades na concessão ou manutenção de benefícios no RPPS/SE:
- I. Suspensão do benefício, mediante ato específico, publicado no Diário Oficial do Estado, notificando o beneficiário por via postal para oferecer defesa.
  - II. Apresentação por parte do beneficiário de defesa, no prazo de 30 dias, representado por advogado.
  - III. O benefício deve ser mantido suspenso, mesmo que não tenha sido efetuado defesa; deve ser efetuada notificação judicial e, caso a notificação não seja respondida, o benefício deve ser suspenso.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
  - (B) I.
  - (C) II.
  - (D) III.
  - (E) I e II.
92. As contribuições dos segurados NÃO são devidas, quando
- (A) houver cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.
  - (B) em disponibilidade.
  - (C) em gozo de benefícios.
  - (D) o segurado civil permanecer em atividade após adquirir o direito à aposentadoria integral.
  - (E) membros ativos da magistratura e do ministério público.
93. A taxa de administração de 2%, destinada a manutenção do Regime RPPS/SE, incide sobre
- (A) o montante dos aportes efetuados pelas entidades e pelos segurados no exercício.
  - (B) o montante dos recursos que compõem o Fundo; e cobrada anualmente sobre a média dos valores mensais.
  - (C) a parte das contribuições efetuadas pelas entidades participantes do sistema no exercício anterior.
  - (D) o valor total dos proventos, pensões e demais benefícios pagos aos segurados e beneficiários no exercício financeiro anterior.
  - (E) o valor global dos recursos aportados no Fundo, deduzidos os rendimentos gerados no exercício anterior.
94. Os valores recolhidos em atraso pelo Estado, representado através dos seus Poderes e Órgãos constituídos, inclusive o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado, e suas Autarquias e Fundações Públicas, deve ser o valor original
- (A) acrescido de juros e atualizações, em conformidade com os ganhos alcançados pelas aplicações dos recursos que compõe o fundo, de forma a permitir o equilíbrio atuarial.
  - (B) atualizado por juros e correção monetária, uma vez que não é permitido instituir penalidades a entidades públicas.
  - (C) complementado, somente caso haja desequilíbrio atuarial, uma vez que não pode ser imputado ao Estado multa, juros e correção.
  - (D) acrescido de juros e multa, sempre que ultrapassar o exercício financeiro em que a contribuição não foi efetuada. Caso contrário, deve-se fazer o recolhimento pelo valor original.
  - (E) acrescido de juros, multa e atualizações sobre o valor original, aplicando-se o mesmo procedimento legal previsto nas hipóteses de não pagamento de tributos estaduais.
95. João exercia a função de professor, com ingresso regular na carreira do magistério, em 15 de dezembro de 1988, quando da publicação da Emenda Constitucional nº 20. Nesse caso, o tempo de exercício da profissão até a data da promulgação da Emenda, para concessão de aposentadoria de João pelo regime do RPPS/SE, terá um acréscimo na contagem do período respectivo de
- (A) 20,0%.
  - (B) 17,0%.
  - (C) 13,0%.
  - (D) 5,0%.
  - (E) 3,5%.
96. O segurado civil, homem, com 30 anos de contribuição e mulher com 25 anos, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária, mas que desejar continuar em atividade, terá direito a um abono de permanência correspondente
- (A) a 8% do salário de contribuição previdenciária.
  - (B) a um salário nominal por ano.
  - (C) ao valor da sua contribuição previdenciária.
  - (D) a 20% do salário nominal por mês.
  - (E) a 13% do benefício a que teria direito.
97. NÃO é devida a aposentadoria por Invalidez Permanente com salário integral, no sistema RPPS-SE, quando a invalidez decorrer
- (A) de acidente no deslocamento ao trabalho.
  - (B) de doença grave.
  - (C) acidente em serviço.
  - (D) acidente em férias.
  - (E) doença contagiosa.



98. Com relação à inclusão de dependentes é correto afirmar que

- (A) os enteados não tem o direito de serem incluídos na relação de dependentes, por não possuírem a condição de dependente legal do segurado, podendo somente ser feita a inclusão da companheira ou companheiro.
- (B) os pais do segurado não podem ser incluídos como dependentes, a não ser que sejam os únicos dependentes legais e que comprovem no ato do benefício, via judicial, esta condição.
- (C) o segurado casado legalmente não pode incluir companheira ou companheiro, exceto se possuir certidão de casamento com averbação da separação judicial ou do divórcio.
- (D) em nenhuma hipótese poderá se incluir dependente com idade superior a 21 anos, visto que a maioria de jurídica extingue a qualificação de dependente.
- (E) os irmãos gerados de casamentos diferentes, sejam do pai ou da mãe não podem ser incluídos como dependentes.

99. A licença para tratamento consiste em período de até

- (A) 24 meses, estabelecido ao segurado que obteve laudo de junta médica oficial do Estado de incapacidade, para se cuidar.
- (B) 24 meses, que precede a aposentadoria por invalidez para tratamento da própria saúde.
- (C) 12 meses, estabelecido ao segurado para tratamento de doença infectocontagiosa.
- (D) 6 meses, para tratamento de doença grave com laudo de incapacidade temporária para o trabalho.
- (E) 12 meses, estabelecido ao dependente com incapacidade permanente, que obteve atestado médico comprovando a incapacidade.

100. Em relação à pensão por morte considere:

- I. Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessa imediatamente, estando desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos em qualquer hipótese.
- II. Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.
- III. Prescrevem as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data em que forem devidas, exceto para os dependentes menores ou incapazes.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III apenas.